



SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO AO TCU Nº , DE 2025

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

Requer que sejam solicitadas informações ao Tribunal de Contas da União sobre as entidades sindicais e associativas suspeitas de efetuar descontos indevidos em benefícios previdenciários de aposentados e pensionistas do INSS, com base em auditorias da CGU e investigações da Polícia Federal, bem como a adoção de medida cautelar para suspensão imediata dos descontos até a conclusão das investigações.

Senhor **Presidente**,

Nos termos dos arts. 70 e 71 da Constituição Federal e na forma dos arts 60 e 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União pedido de informações sobre as entidades sindicais e associativas suspeitas de efetuar descontos indevidos em benefícios previdenciários de aposentados e pensionistas do INSS, com base em auditorias da CGU e investigações da Polícia Federal.

Com o intuito de prestar esclarecimentos a esta Honrosa Casa, solicita-se as seguintes informações:





- *Cópia dos relatórios de auditorias, inspeções e processos de fiscalização realizados, direta ou indiretamente, sobre descontos em benefícios previdenciários realizados por entidades sindicais, associativas ou similares, no período de 2016 a 2024.*
- *Lista nominal das entidades que tenham sido objeto de auditoria ou fiscalização, com a indicação:*
 - I. *Da natureza das irregularidades detectadas;*
 - II. *Dos valores indevidamente descontados ou transferidos;*
 - III. *Dos responsáveis individualizados, quando possível.*
- *Informações sobre a existência de representações, denúncias ou processos em trâmite no TCU relativos às entidades mencionadas nos relatórios da CGU e da Polícia Federal, notadamente àquelas investigadas na recente operação de combate a fraudes no INSS.*
- *Indicação de eventuais medidas já adotadas ou recomendadas pelo TCU para cessar os descontos irregulares e promover o ressarcimento dos valores aos segurados prejudicados.*
- *Solicitação de avaliação e, sendo o caso, adoção de medida cautelar para a suspensão ou cancelamento imediato de todos os descontos promovidos pelas entidades sindicadas nos benefícios previdenciários, até a conclusão de todas as investigações e auditorias em andamento.*
- *Adoção imediata de providências para exigir o afastamento cautelar de todos os diretores, representantes legais e administradores das entidades sindicais e associativas sob investigação para resguardar a lisura e a credibilidade no processo de apuração.*





JUSTIFICAÇÃO

Este requerimento visa obter esclarecimentos sobre as entidades sindicais e associativas suspeitas de efetuar descontos indevidos em benefícios previdenciários de aposentados e pensionistas do INSS, com base em auditorias da CGU e investigações da Polícia Federal.

Conforme noticiado¹, recentes operações da Polícia Federal, corroboradas por auditorias da Controladoria-Geral da União (CGU), revelaram um cenário alarmante de descontos indevidos em benefícios de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) por parte de entidades sindicais e associativas, muitos deles realizados sem qualquer autorização dos titulares.

As informações divulgadas apontam que, das 33 entidades que efetuaram descontos, 31 estão sob suspeita de prática irregular, com percentuais que, em alguns casos, atingem 100% de irregularidade nas autorizações analisadas. O volume de recursos movimentado entre 2016 e 2024 supera R\$ 15 milhões em apenas 19 entidades, havendo indícios de prejuízo sistemático aos beneficiários e grave violação de direitos fundamentais.

Além das graves irregularidades apontadas, há indícios de falhas sistêmicas de controle interno do INSS, permitindo que as práticas ilícitas perdurassem por anos sem a devida intervenção, o que torna ainda mais urgente o aprofundamento da fiscalização.

Diante da gravidade dos fatos e da necessidade de salvaguardar o patrimônio público e os direitos dos segurados,

¹ <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2025/04/27/fraude-inss-aposentados-pensao-associacoes-sindicatos-cgu-policia-federal.htm>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

impõe-se a esta Casa Legislativa apurar com rigor as informações em posse do Tribunal de Contas da União (TCU), a fim de subsidiar medidas legislativas e ações de responsabilização que se fizerem necessárias.

Sala da Comissão, em de de 2025.

Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO

Apresentação: 28/04/2025 15:14:23.247 - CFFC

REQ n.180/2025

